

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE ITAJUBÁ-FEPI

Curso de Psicologia

Jenifer Ferraz de Carvalho

**O APAGAMENTO HISTÓRICO DE COMUNIDADES PERIFÉRICAS NEGRAS
APÓS O INGRESSO EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR PRIVADAS**

ITAJUBÁ

2024

Jenifer Ferraz de Carvalho

**O APAGAMENTO HISTÓRICO DE COMUNIDADES PERIFÉRICAS NEGRAS
APÓS O INGRESSO EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR PRIVADAS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de Psicologia do Centro Universitário de
Itajubá – FEPI como requisito parcial para obtenção
do título de bacharel em Psicologia

Orientador: Prof. Ms Walcylene Castilho de Araújo.

ITAJUBÁ

2024

Ficha catalográfica

CARVALHO, Jenifer Ferraz de

O apagamento histórico de comunidades periféricas negras após o ingresso em instituições de ensino superior privadas. Jenifer Ferraz de Carvalho. Itajubá, 2024, 35 p.

Orientador: Walcylene Castilho de Araújo

Trabalho de Conclusão de Curso. Curso de Psicologia. Centro Universitário de Itajubá – FEPI.

1 instituição de ensino superior .2 reparação histórica. 3 comunidades periféricas. 4. Apagamento histórico

I. ARAÚJO, Walcylene Castilho de. II. FEPI – Centro Universitário de Itajubá. III. O apagamento histórico de comunidades periféricas após o ingresso em instituições de ensino superior privadas. Monografia.




Curso de Psicologia

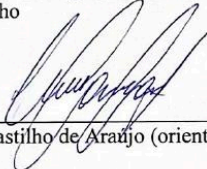
ATA DE APRESENTAÇÃO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Em sessão às nove horas do dia dez de dezembro de dois mil e vinte e quatro, a aluna **Jenifer Ferraz de Carvalho**, apresentou o Trabalho de Conclusão de Curso intitulado “**O apagamento histórico de comunidades periféricas após o ingresso em IES privadas**”, como requisito parcial para conclusão do Curso de Psicologia do Centro Universitário de Itajubá – FEPI perante a Banca Examinadora. Depois de todas as considerações feitas, a candidata foi considerada:

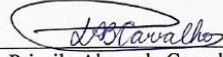
- Aprovada (X)
- Aprovada com restrições ()
- Reprovada ()



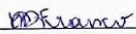
Jenifer Ferraz de Carvalho



Prof. Ma. Walcyline Castilho de Araujo (orientadora)



Prof. Ma. Priscila Abreu de Carvalho (avaliadora)



Prof. Ma. Kethulinn Agma Maia Drumond Franco (avaliadora)

DEDICATÓRIA

Dedico o meu trabalho a minha amada família, a meus avós maternos Sra Lourdes Alves Ferraz e Sr Orlando Ferraz, a minha mãe, padrasto, irmão, tia, tio e prima, aqueles que tanto oraram por mim e se esforçaram enquanto rede de apoio sol a sol para que eu pudesse me formar e desfrutar da sombra.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus enquanto provedor de perseverança e fé que me fizeram alçar, também agradeço a minha querida orientadora professora Walcyline Castilho de Araújo pela paciência durante o período de orientação, por último mas não menos importante agradeço a todos os professores que fizeram parte da minha caminhada durante a graduação como fonte de aprendizado trazendo noções de que a educação é de fato transformadora.

*“Hoje me sinto mais forte, mais feliz quem sabe,
só levo a certeza de que muito pouco sei,
eu nada sei.”*

Renato Teixeira & Almir Sater

RESUMO

Este estudo investiga o fenômeno do apagamento histórico de indivíduos provenientes de comunidades periféricas negros após sua inserção em instituições de ensino superior privadas. Ao ingressarem em ambientes acadêmicos que priorizam valores e padrões culturais dominantes, esses estudantes enfrentam um processo de assimilação que pode resultar no apagamento e esquecimento de suas origens. Esse apagamento se manifesta de diversas formas, desde a pressão para se adaptar a normas sociais e culturais que muitas vezes contradizem suas identidades, até a invisibilização das narrativas e histórias dessas comunidades nos currículos acadêmicos e em falas provindas de figuras de autoridade dentro do meio acadêmico. A análise é sustentada por um referencial teórico que inclui conceitos de identidade cultural, alteridade, individualidade, capital social, teoria crítica da educação e teoria das representações sociais, segundo o psicólogo social romeno Serge Moscovici. A pesquisa teve como objetivo analisar os impactos psicossociais que os estudantes negros vindos de comunidades periféricas estão sujeitos ao ingressarem em uma Instituição de Ensino Superior privada no Brasil. Este se deu por meio dos procedimentos de levantamento bibliográfico em artigos, livros e legislação para compreender como essas experiências impactam a relação dos indivíduos com suas comunidades de origem e como isso pode levar a um afastamento progressivo de suas raízes. Os resultados preliminares sugerem que, apesar do acesso ao ensino superior representar um avanço significativo na trajetória desses indivíduos, o ambiente acadêmico pode simultaneamente funcionar como um espaço de distanciamento cultural, angústia e sensação de não pertencimento que permeia o período de graduação, com potencial de geração de conflito interno para o universitário. O presente trabalho conclui que é fundamental repensar as práticas pedagógicas e curriculares nas instituições de ensino superior privadas, de modo a promover um ambiente de fato inclusivo que reconheça e valorize a diversidade cultural e histórica dos estudantes de origem periférica, evitando assim o apagamento de suas identidades.

Palavras Chaves: instituição de ensino superior privada, reparação histórica, comunidades periféricas, apagamento histórico,

ABSTRACT

This study investigates the phenomenon of historical erasure of individuals from peripheral communities after their inclusion in private higher education institutions. Upon entering academic environments that prioritize dominant cultural values and standards, these students face an assimilation process that can lead to the erasure and forgetting of their origins. This erasure manifests itself in several ways, from the pressure to adapt to social and cultural norms that often contradict their identities, to the invisibility of the narratives and stories of these communities in academic curricula and in speeches coming from authority figures within the academic world. The analysis is supported by a theoretical framework that includes concepts of cultural identity, alterity, individuality, social capital, critical education theory and theory of social representations according to a Romanian social psychologist Serge Moscovici. The research design will be basic in nature, with a qualitative approach, exploratory objective and will be operationalized through bibliographical survey and documentary research procedures to understand how these experiences impact the relationship of individuals with their communities of origin and how this can lead to a separation progressive from its roots. Preliminary results suggest that, although access to higher education represents a significant advance in the trajectory of these individuals, the academic environment can simultaneously function as a space of cultural distance and anguish; therefore, the feeling of not belonging may permeate the graduation period and bring internal conflict about it. This work concludes that it is essential to rethink pedagogical and curricular practices in private higher education institutions, (in order) to promote a truly inclusive environment that recognizes and values the cultural and historical diversity of students of peripheral origin, thus avoiding the erasure of their identities.

Key words: private higher education institution, historical repair, peripheral communities, historical erasure

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Comparativo de escolaridade: Pessoas de 10 anos ou mais de idade.

Tabela 2 - Referencial Teórico do Trabalho

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Comparativo nível superior entre raças.

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| 1 INTRODUÇÃO | 13 |
| 2 REFERENCIAL TEÓRICO | 14 |
| 2.1 Escravidão no Brasil e os princípios de segregação racial | 14 |
| 2.2 Implementação de Políticas Públicas enquanto reparação histórica no Brasil | 16 |
| 2.3 O conseqüente apagamento histórico de comunidades periféricas negras em instituições de ensino superior no Brasil | |
| 19 | |
| 3 METODOLOGIA | 24 |
| 4 DISCUSSÃO | 29 |
| 5 CONCLUSÃO | 30 |
| REFERÊNCIAS | 33 |

1 INTRODUÇÃO

Alteridade e subjetividade são expressões que permeiam a condição do ser em sociedade. Enquanto construção social, somos inseridos e nos tornamos seres a partir da cultura que nos é passada em gerações, de maneira que o ser humano se apropria da cultura e nela se constroi como sujeito. Segundo a enciclopédia Larousse Cultural (1998, p.220), a alteridade foi definida como: "[...] à relação de oposição entre o sujeito pensante (o eu) e o objeto pensado (o não eu)" e às "relações com outrem". Durante o processo de individuação o ser humano experiencia, cresce, aprende, ensina, absorve o mundo a partir daquilo ao que é exposto e se apropria.

Indivíduos em fase adulta que optam pelo ingresso em instituições de ensino superior e de fato conseguem tangibilizar tal ingresso podem passar pelo chamado apagamento cultural, do qual o trabalho tratará de maneira mais aprofundada. Chamamos de apagamento cultural tudo aquilo que distancia o sujeito de sua identidade ou processo pelo qual eventos, perspectivas, culturas ou contribuições de determinados grupos são ignorados, minimizados ou esquecidos na narrativa histórica predominante, muitas vezes devido a preconceitos, ideologias dominantes ou falta de documentação adequada. Isso pode resultar na distorção da compreensão do passado e na marginalização de certos grupos na sociedade. O apagamento também pode provir do próprio indivíduo, uma vez que na tentativa de pertencer se adequa ao que é majoritariamente disseminado. Diante a relevância do fato social descrito e o número crescente de acesso de populações marginalizadas ao ensino superior privado, motivadas pelas iniciativas governamentais brasileiras, desde a década de 2000, torna-se fundamental a adoção do tema para produção acadêmica.

O ingresso de pessoas negras em instituições de ensino superior (IES) no Brasil tem se transformado nas últimas décadas, principalmente devido à implementação de políticas públicas voltadas para a inclusão social. Com a criação de políticas públicas visando equiparar ingressos de populações não brancas no ensino superior observou-se um aumento expressivo na presença de estudantes negros nas universidades. Essas iniciativas têm sido fundamentais para reduzir desigualdades e promover a diversidade, embora desafios como a permanência estudantil e a conclusão de cursos ainda persistam. Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA - 2020, apenas 9,3% dos negros tinham ensino superior completo, enquanto na população branca havia chegado a 22,9%. “O Brasil registrou muitos avanços na frequência ao ensino superior, mas ainda estamos longe de um cenário de igualdade” (IPEA, 2020 p.4)

Tal apagamento pode ocorrer por meio de falas provindas de figuras de superioridade no meio acadêmico, pessoas essas que podem manter um único referencial de vivências e cultura, o que acaba por fragmentar a percepção do coletivo.

Assim sendo, a subjetividade do universitário precisa ser considerada, uma vez que suas vivências impactam diretamente tanto no ingresso bem como na permanência do aluno no período de graduação em uma instituição de ensino superior. Pormenorizando, o objetivo de tal trabalho é analisar os impactos psicossociais que os estudantes negros advindos de comunidades periféricas estão sujeitos ao ingressarem em uma IES privada no Brasil. A justificativa deste trabalho reside na necessidade de compreender os processos de apagamento histórico vivenciados por indivíduos de comunidades periféricas ao ingressarem em instituições de ensino superior privadas. Embora o acesso a essas instituições represente uma importante conquista para grupos marginalizados, é fundamental investigar como suas identidades, histórias e culturas podem ser silenciadas ou desvalorizadas nesse novo espaço, onde prevalecem normas e valores acadêmicos centrados em visões elitistas e hegemônicas.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Escravidão no Brasil e os princípios de segregação racial

A segregação entre a classe embranquecida e a classe preta no Brasil remonta aos tempos coloniais, quando o tráfico de pessoas escravizadas advindas de África foi instituído como uma prática econômica central.

A população africana trazida para o Brasil foi forçada a trabalhar em condições extremamente precárias nas plantações de açúcar, minas de ouro e outras atividades econômicas cruciais para a colônia. A escravidão foi uma ferramenta poderosa de subjugação e segregação, criando um fosso intransponível entre os brancos, que detinham o poder econômico e político, e os negros - que eram desumanizados - “na escravidão transformava-se um ser humano em propriedade de outro, a ponto de ser anulado seu próprio poder deliberativo: o escravo pode ter vontades, mas não pode realiza-las” (Pinsky, 2012, p.8).

O período inicial de segregação lançou as bases para a persistente desigualdade racial que caracterizaria a sociedade brasileira ao longo dos séculos, o que em tempos modernos chamamos de *racismo estrutural*, Gorender (2010 p.2) assevera:

Assim, por corresponder a uma estrutura, o racismo não está apenas no plano da consciência, a estrutura é intrínseca ao inconsciente. Ele transcende o âmbito institucional, pois está na essência da sociedade e, assim, é apropriado para manter, reproduzir e recriar desigualdades e privilégios, revelando-se como mecanismo colocado para perpetuar o atual estado das coisas.

Após a abolição da escravatura em 1888, a segregação racial no Brasil não desapareceu; em vez disso, foi reconfigurada através de novas formas de exclusão social e econômica.

A política de embranquecimento, que incentivava a imigração europeia com o intuito de “melhorar” a composição racial do país, marginalizou ainda mais a população negra. Os recém-libertos não receberam nenhuma compensação ou apoio estatal para a sua integração na sociedade livre, sendo relegados às periferias urbanas e às piores condições de trabalho “A população negra do país encontrava-se desamparada e marginalizada dentro do novo sistema político que continuou a reproduzir ideologias eurocêntricas.” (Lacerda, 2021, p. 185).

Conforme Laranjeira (2019, p.2) “A abolição da escravatura abriu uma vereda diferente para a nação (mas nem por isso menos perturbadora socialmente, como se viu depois), ao propiciar uma base capitalista e burguesa em que se assentasse a sociedade brasileira”. Essa estratégia de branqueamento visava criar uma sociedade em que a presença negra física ou cultural fosse minimizada e onde a classe embranquecida mantivesse a hegemonia econômica e cultural, deste viés advém um dos porquês para a implementação de políticas públicas nos dias atuais enquanto reparação histórica de um passado que deixou marcas na individualidade da população negra escravizada, libertos até então enquanto meio de maior lucro para a burguesia.

Durante o século XX, a segregação racial continuou a se manifestar de maneiras diversas e insidiosas. As políticas de urbanização e modernização frequentemente excluía as comunidades negras, que eram removidas de áreas centrais das cidades para dar lugar a projetos voltados para as elites embranquecidas. Tal segregação espacial contribuiu para a formação das favelas e outras áreas de habitação precária, consolidando uma divisão geográfica que refletia a divisão racial. “Na realidade brasileira, a segregação assume as formas socioeconômica e étnico racial. Em solo brasileiro, a população negra está distribuída e localizada no corpo das cidades conforme o tripé trabalho/renda, habitação e escolaridade.” (Oliveira, 2017 p.5) As oportunidades educacionais e de emprego também eram escassas para a população negra, perpetuando um ciclo de pobreza e exclusão que era difícil de romper.

No contexto contemporâneo, a segregação racial histórica continua a ter impactos profundos na sociedade brasileira. A luta pela inclusão das populações periféricas e negras em instituições de ensino superior é um exemplo claro da resistência contra séculos de exclusão. A entrada dessas comunidades nas universidades, particularmente no âmbito privado, muitas vezes vem acompanhada de desafios que incluem o apagamento de suas identidades culturais e históricas. A hegemonia da classe embranquecida nas instituições de ensino perpetua uma narrativa que minimiza ou ignora as contribuições e a história da população negra, reforçando a necessidade de políticas afirmativas e de uma revisão crítica dos currículos para que possam refletir a verdadeira diversidade e riqueza da história brasileira.

A falta de observação, estudos e pesquisas sobre a segregação da população negra, deve-se ao mito da democracia racial que persiste em generalizar que o país é uma sociedade miscigenada, que as desigualdades não são do âmbito étnico racial, que tudo que se passa está conectado às desigualdades socioeconômicas (Oliveira, 2017, p.5).

2.2 Implementação de Políticas Públicas enquanto reparação histórica no Brasil

A implementação de políticas públicas no Brasil voltadas para a reparação histórica das comunidades periféricas e negras tem sido uma tentativa de corrigir injustiças datadas de séculos causadas pela escravidão e pela segregação racial. Uma das primeiras e mais relevantes iniciativas nesse sentido foi em 2004, uma ramificação foi feita por meio da implementação da lei de cotas nas universidades privadas, através do Programa Universidade para Todos - ProUni -Lei 11.096 (BRASIL,2005).

“Lei 11.096 de 13 de Janeiro de 2005 - institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior, altera a Lei nº10.891, de 9 de julho de 2004 e dá outras providências.”

Art. 1º Fica instituído, sob a gestão do Ministério da Educação, o Programa Universidade para Todos (Prouni), destinado à concessão de bolsas de estudo integrais e bolsas de estudo parciais de 50% (cinquenta por cento) para estudantes de cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições privadas de ensino superior, com ou sem fins lucrativos. (Redação dada pela Lei nº 14.350, de 2022)

Essas políticas de ação afirmativa têm como objetivo aumentar o acesso da população negra, parda e indígena às instituições de ensino superior privadas ou públicas, promovendo maior diversidade e inclusão nas instituições e oferecendo oportunidades para aqueles historicamente excluídos do sistema educacional.

Caminhando um pouco mais na história em 2012 temos a criação da Lei de cotas raciais nas universidades públicas, a Lei 12.711 (BRASIL, 2012):

Lei 12.711 de 29 de Agosto de 2012 - Art. 1º As instituições federais de educação superior vinculadas ao Ministério da Educação reservarão, em cada concurso seletivo para ingresso nos cursos de graduação, por curso e turno, no mínimo 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.

Mesmo com tais ações, em 2010, identificava-se o mesmo cenário de desigualdade no território nacional, conforme Bersani (2017). Percebe-se a desigualdade dos números presentes em seu estudo uma vez que da população branca representando mais de 77 milhões de participantes cerca de 9 milhões possuem ensino superior, quando que entre a população preta dos 12 milhões registrados cerca de 500.000 possuem ensino superior completo:

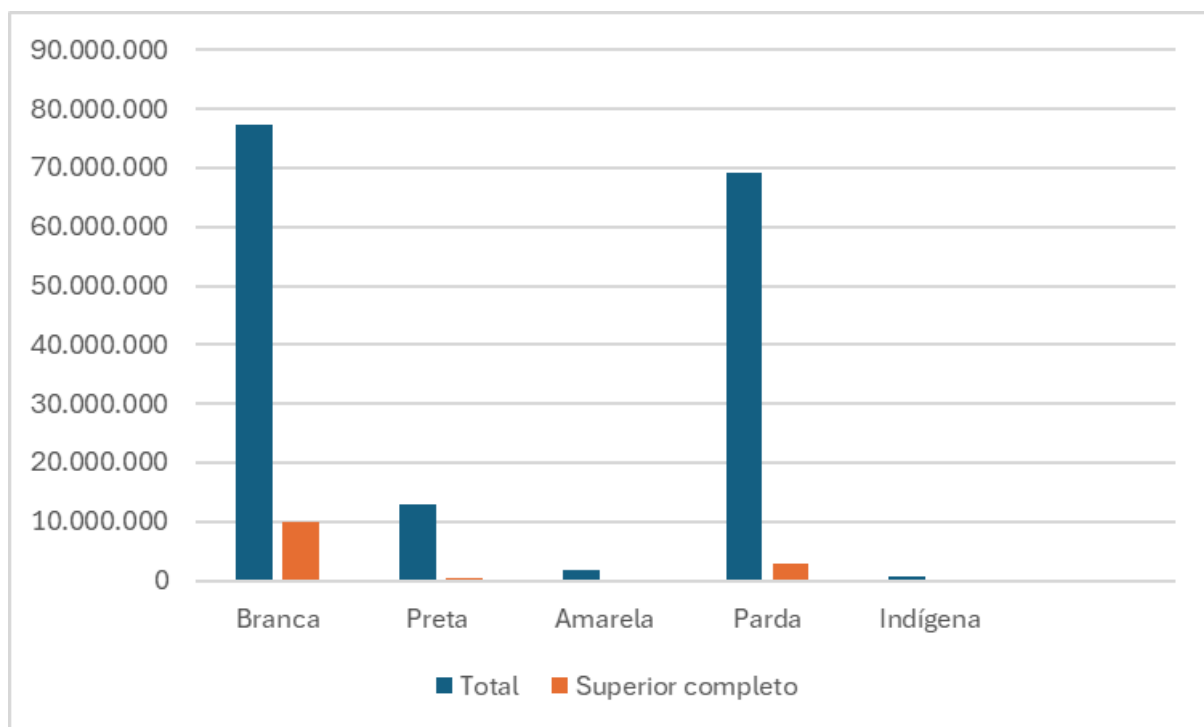
Tabela 1 - Pessoas com dez anos ou mais por nível de instrução segundo raça, cor - 2010

| Nível de instrução | | | | | | |
|--------------------|-------------|--|---|--------------------------------------|-------------------|-----------------|
| Cor ou raça | Total | Sem instrução e fundamental incompleto | Fundamental completo e médio incompleto | Médio completo e superior incompleto | Superior completo | Não determinado |
| Branca | 77.416.302 | 33.151.747 | 13.424.041 | 20.513.245 | 9.871.362 | 455.907 |
| Preta | 12.832.886 | 7.293.638 | 2.214.820 | 2.745.867 | 507.583 | 70.978 |
| Amarela | 1.845.466 | 793.936 | 304.347 | 469.933 | 265.372 | 11.878 |
| Parda | 69.232.715 | 39.671.447 | 12.154.696 | 14.174.701 | 2.802.456 | 429.416 |
| Indígena | 621.381 | 443.498 | 80.796 | 76.693 | 16.918 | 3.476 |
| Total | 161.948.750 | 81.354.266 | 28.178.700 | 37.980.439 | 13.463.691 | 971.655 |

Fonte: IBGE, 2010

Na figura 1, ainda utilizando dados do ano de 2010, já era possível constatar o relevante desequilíbrio entre as raças no acesso ao nível superior:

Figura 1 - Comparativo nível superior entre raças



Fonte: IBGE, 2010

A política de cotas raciais para ingresso em instituições de ensino superior no Brasil teve seu marco inicial em 2001, com a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e a Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF) adotando um sistema de reserva de vagas para estudantes negros, pardos e indígenas. Essa iniciativa pioneira inspirou outras instituições a seguirem o mesmo caminho. Em 2003, a Universidade de Brasília (UnB) foi a primeira universidade federal a implementar cotas raciais, destinando 20% de suas vagas a estudantes negros. Esse movimento gerou um debate nacional sobre a necessidade de políticas afirmativas para corrigir desigualdades históricas e promover a inclusão social e racial no país.

Antes mesmo de 2002 ano que marca o início das cotas em IES brasileiras o debate público já acontecia, mesmo que de modo intensificado apenas no universo acadêmico, principalmente, a partir da elaboração dos projetos de um sistema de cotas próprio...as diferentes perspectivas, favoráveis e contrárias, eram articuladas de forma a agregar, e não exaurir, o debate sobre a possível implantação das cotas. (Couto & Cardoso, 2023 p.3, 4).

Além das cotas raciais, outras políticas públicas têm sido implementadas para promover a inclusão social e econômica das comunidades periféricas e negras, tais como programas de transferência de renda, como o Bolsa Família, e iniciativas de melhoria das condições de habitação, saúde e infraestrutura nas periferias urbanas. Esses programas visam

criar um ambiente mais equitativo, onde todos os cidadãos tenham a oportunidade de se desenvolver plenamente, inclusive no que diz respeito ao aproveitamento acadêmico, contribuindo para a sociedade de forma saudável e equitativa.

Outro aspecto crucial das políticas de reparação histórica é a valorização e preservação da cultura e história das comunidades periféricas e negras. Em 2003 foi sancionada a Lei 10.639 (BRASIL, 2003) que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação que inclui no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da presença da temática História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

“Lei nº 10.639 de 9 de Janeiro de 2003, Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências.

“ Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o **caput** deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil (BRASIL, 2003)

Além disso, a promoção de eventos culturais, a criação de espaços de memória e o apoio a produções artísticas que retratam a realidade das periferias são fundamentais para combater o apagamento cultural e fortalecer o senso de pertencimento e identidade dessas comunidades, conforme corroborado por Tavares (2020, p.4):

As atividades de extensão careciam colaborar para dinamizar efetivamente a universidade dentro e fora do seu espaço físico ao ser levada às ruas para a real vivência de atividades extracurriculares livres e através da ponte da extensão universitária que criaria a possibilidade de integração dos saberes por uma via interdisciplinar.

De acordo com o censo demográfico do IBGE 2023 para 20,6 milhões de indivíduos que se autodeclararam pretos, pouco mais de 500 mil possuíam ensino superior completo, enquanto de 88,2 milhões de indivíduos que se autodeclararam brancos, 9 milhões possuem ensino superior completo. Tais dados em termos percentuais mostram que até o ano em que o censo foi publicado, dentre a população preta temos 19,3 % com ensino superior, enquanto para população branca, o percentual é de quase 36% (IBGE, 2023).

Os dados constatarem que apesar dos avanços, a implementação de políticas públicas de reparação histórica enfrenta muitos desafios. Há uma resistência significativa por parte de

setores da sociedade que se opõem às políticas de ação afirmativa e a qualquer forma de reparação que ameace os privilégios historicamente acumulados pela classe embranquecida. Além disso, a efetividade dessas políticas muitas vezes é comprometida pela falta de recursos, pela má gestão e pela corrupção.

Para que essas iniciativas realmente alcancem seu potencial transformador, é necessário um compromisso contínuo e vigoroso por parte do Estado e da sociedade civil em promover a justiça social e a igualdade racial, reconhecendo e reparando os danos históricos causados pela segregação e pela exclusão. Segundo Mendonça & Aranha, "Apesar de ainda permanecer vivo e forte, o racismo é negado por muitos, ao afirmarem que vivemos em uma democracia racial. Isso diz respeito à ideia de que não existe preconceito racial ou discriminação por conta da cor da pele na sociedade brasileira" (Mendonça & Aranha, 2020, p.184).

2.3 O conseqüente apagamento histórico de comunidades periféricas negras em instituições de ensino superior no Brasil

De acordo com o exposto na tabela 1, sobre o notável embranquecimento quantitativo nos espaços das IES's, identifica-se nessa prática a potencialidade de apagamento da diversidade pela relevante representatividade de um único grupo social. Sobre o assunto o autor Gustave Le Bon (1841–1931) que foi um sociólogo, psicólogo social e médico, conhecido por seus estudos sobre o comportamento das massas e a psicologia coletiva, em sua obra mais famosa *A alma das Multidões* (1895), assevera que segundo a psicologia das multidões "o pensamento particular se apaga nas situações de grupo, o que é único passa a ser coletivo, as diferenças são removidas e as funções inconscientes ficam expostas." (BON, 1895, p.10). Tal movimento será nomeado pelo autor como "multidão psicológica", Gustave Le Bon argumenta que quando um fenômeno grande ou pequeno acomete a população, a conduta de multidões se instaura, aquilo que é desconhecido, estranho, gera o que o todo percebe e interpreta como "necessidade de agir como coletivo".

Tratando de viés de pensamentos que são difundidos e absorvidos enquanto sociedade, o autor Serge Moscovici lança base sobre uma teoria ao qual nomeia como *Teoria das Representações Sociais*, tal estudo explora como as pessoas em uma sociedade criam e compartilham conhecimentos e significados sobre o mundo ao seu redor. Segundo o autor, as

representações sociais são formas de conhecimento que ajudam as pessoas a entender e a interpretar a realidade de maneira coletiva. (Moscovici, 2003)

É como se nosso olhar ou nossa percepção estivessem eclipsados, de tal modo que uma determinada classe de pessoas, seja devido a sua idade por exemplo, ou devido a sua raça se tornam invisíveis quando, de fato, eles estão nos olhando de frente (Moscovici 2003 p.27).

Essas representações sociais surgem através da comunicação e da interação entre as pessoas, são usadas para dar sentido a novas ideias, eventos, ou conceitos que eram, inicialmente, desconhecidos ou complexos. Em vez de serem puramente individuais, elas são construídas e mantidas coletivamente pela sociedade. Um exemplo comum de uma representação social seria a forma como diferentes grupos sociais entendem e discutem temas como saúde, política, ou tecnologia. Essas representações não são fixas elas tendem a mudar com o passar do tempo, com a mudança de geração, avanços tecnológicos e mudanças sociais, o que traz reflexo nas crenças, valores e atitudes predominantes de uma sociedade ou de um grupo.

“A descolonização das mentes insta-nos a construir práticas pedagógicas e epistemológicas antirracistas. Consiste em uma tomada de posição emancipatória diante de si mesmo e do outro, bem como na desconstrução da lógica racista presente na nossa socialização” (Gomes, 2021 p. 437).

O paralelo entre a teoria das representações sociais e o apagamento histórico de comunidades periféricas se dá uma vez que as representações sociais são formas de conhecimento coletivo que moldam a percepção e a compreensão da sociedade em relação aos fenômenos observados e interpretados no mundo. “Moscovici sugere que as Representações Sociais são a forma de construção coletiva, mostrando que a maneira de interpretação coletiva pode ser diferente de acordo com as condições de vida social.” (Nogueira, 2020, p.5). No contexto das instituições de ensino superior, as representações sociais dominantes frequentemente refletem e perpetuam os valores e as experiências das classes sociais privilegiadas, marginalizando e invisibilizando as histórias e contribuições das comunidades periféricas. Neste processo, onde novas informações são relacionadas a conhecimentos preexistentes, contribui para a manutenção de um *status quo* que exclui narrativas periféricas. Tavares (2020) asseverou que para o aluno, tais processos desencadeiam em condições como a solidão, por se tratarem de corpos estranhos dentro da universidade. As aulas, leituras e afins podem criar dificuldades de adaptação ao espaço e as relações. Além disso, a objetivação é um processo fundamental na teoria de Moscovici que consiste na transformação

de conceitos abstratos em imagens concretas e compartilháveis, fazendo com que o que é novo e estranho se torne acessível à assimilação e entendimento.

Nas instituições de ensino superior, essa objetivação frequentemente aparece como racismo institucional resultando em currículos, discursos e práticas que reforçam tal leitura de sociedade e preconceitos sobre as comunidades periféricas, consolidando e cristalizando a visão de que essas comunidades são menos capazes ou menos dignas de reconhecimento acadêmico. Essa construção social das representações perpetua a exclusão e dificulta a inserção e valorização das histórias periféricas no espaço acadêmico, contribuindo para o apagamento histórico. A obra *A Alma das Multidões* de Gustave Le Bon oferece uma base importante para a compreensão dos fenômenos coletivos sob a ótica da psicologia social, especialmente no que se refere ao que hoje nomeamos como preconceito, em uma de suas vertentes, o preconceito racial. Le Bon (1895), discute como as multidões, ao se unirem, tendem a perder a individualidade e a racionalidade, sendo influenciadas por impulsos emocionais e irracionais que são facilmente manipuláveis por líderes carismáticos ou ideologias. (Le Bon, 1895)

Ainda dentro da psicologia social pode-se citar a filósofa Silvia Lane (1994), como nome precursor no Brasil quanto ao estudo de como as sociedades se constituem em pensamento crítico acerca de suas vivências, seu papel em estabelecer uma psicologia crítica e engajada com as realidades sociais do país. A abordagem de Lane destacou a necessidade de uma psicologia voltada para a transformação social, que compreendesse o indivíduo em relação com seu contexto histórico, cultural e social. Em seu livro "O que é psicologia social", a autora se debruça sobre a análise do comportamento e como ele aparece na convivência em sociedade.

O caráter educativo decorre da reflexão que é feita sobre o porquê das necessidades, de como as atividades vêm sendo realizadas, ou seja, como as ações se encadeiam e que resultados são obtidos, tornando possível a todas as pessoas envolvidas recuperarem, através do pensamento e ação, da comunicação e cooperação entre elas, as suas histórias individuais e social, e conseqüentemente, desenvolverem a consciência de si mesmas e -de suas relações historicamente determinadas. (Lane, 1994, p.68)

O preconceito pode ser entendido como um desses fenômenos de massa, em que grupos formam estereótipos e discriminações contra minorias ou "o outro" a partir de um processo de despersonalização, o que entra em consonância nos escritos de Gustav Le Bon, Serge Moscovici e Silvia Lane. As contribuições dos referidos autores ajudam a entender

como esses comportamentos preconceituosos podem ser exacerbados em contextos coletivos, quando a pressão do grupo leva à conformidade e à perpetuação de atitudes discriminatórias, muitas vezes sem reflexão crítica individual onde apenas se reproduz o modelo pré estabelecido. A estruturação do racismo pode ser evidenciado pelo entendimento de que “o domínio que esses grupos (brancos) exercem é produzido através de princípios discriminatórios pautados na raça, estabelecendo as normas culturais e sociais que são transformadas numa única perspectiva civilizatória de sociedade.” (Oliveira e Gonçalves 2021, p.480).

A descolonização da comunidade branca majoritária em ambientes acadêmicos, quando comparada à inserção crescente da comunidade preta periférica nas universidades, envolve uma reavaliação crítica das estruturas de poder e conhecimento que historicamente não favorecem uma visão panorâmica. Para a comunidade branca, a descolonização significa reconhecer e questionar os privilégios e a hegemonia cultural que lhes foram concedidos, enquanto se abre para aprender com as experiências e conhecimentos das comunidades periféricas. Para a comunidade preta periférica, frequentar universidades representa não apenas uma conquista individual, mas também um passo significativo em direção à redistribuição do poder intelectual e cultural. Essa presença desafia as narrativas dominantes e exige a reconstrução do ambiente acadêmico em um espaço verdadeiramente inclusivo e representativo da diversidade social. O processo de descolonização, portanto, não é apenas a inclusão de novas vozes, mas também a transformação das práticas e dos currículos para refletir uma sociedade mais equitativa e diversa.

No que tange a saúde mental, esta é o conjunto de expressões sociais, territoriais, culturais, políticas e subjetivas, ou seja, é o bem estar biopsicossociocultural que os grupos humanos desenvolvem, trocam, lutam e constroem. Neste ínterim, a psicologia social oferece um olhar aprofundado sobre os processos de exclusão e inclusão de grupos marginalizados na sociedade, especialmente em relação à população negra no Brasil. “O significado do comportamento social é o mesmo do não-social, isto é, a conexão de um desajuste biológico do indivíduo ao seu ambiente.” (Moscovici, 2003, p.131). Assim o ingresso de pessoas negras em instituições de ensino superior privadas pode ser compreendido à luz de conceitos como identidade social, estigma e representação social.

Historicamente, a população negra foi marginalizada e excluída dos espaços acadêmicos, que sempre foram predominantemente brancos e elitistas. Essa exclusão está

enraizada em um contexto de racismo estrutural que perpetua a desigualdade de acesso e permanência de pessoas negras no ensino superior, gerando um ambiente que, mesmo quando há a inclusão, frequentemente desconsidera e invisibiliza suas experiências e contribuições.

Assim sendo, é possível lançar base para pensamentos sobre a aplicabilidade das medidas e políticas afirmativas já existentes, visto que tal aplicação pode ser um fator determinante quanto à permanência estudantil do ingressante advindo de comunidades periféricas brasileiras. Desta forma, as seguintes hipóteses foram levantadas: (I) Importância da aplicação das políticas públicas enquanto direito de comunidades periféricas negras ingressas em instituições de ensino superior privadas; (II) individualidade e subjetividade do aluno; (III) fatores de proteção à saúde mental no período de graduação.

3 METODOLOGIA

Este estudo visa gerar conhecimentos para refletir, discutir, avaliar a questão específica abordada, com objetivo explicativo, propondo-se a estudar os aspectos subjetivos do comportamentos em sociedade, abordando o fenômeno do ingresso em instituições de ensino superior privadas de alunos advindos de comunidades periféricas. A pesquisa qualitativa aborda questões específicas, explorando a camada das relações e preconceitos que podem se formar a partir desta. “A análise qualitativa depende de muitos fatores, tais como a natureza dos dados coletados, a extensão da amostra, os instrumentos de pesquisa e os pressupostos teóricos que nortearam a investigação.” (Gil, 2002 p.136) A intenção da mesma é compreender significados, emoções, valores e atitudes que não podem ser nivelados de forma quantitativa. Este estudo adota a abordagem explicativa, cujo propósito é explicar o fenômeno e porque ele acontece.

A coleta de dados deu-se por meio de revisão bibliográfica como principal metodologia, baseada em fontes relevantes ao tema. O levantamento teórico envolveu a análise crítica de artigos científicos, livros e legislações pertinentes ao processo histórico e social de marginalização das comunidades periféricas. A escolha deste método visou proporcionar uma maior compreensão sobre as dinâmicas de poder e exclusão em contextos educacionais de instituições privadas.

O procedimento metodológico seguiu etapas de revisão bibliográfica e análise de material selecionado. Inicialmente, foi realizada uma busca sistemática em bases de dados acadêmicas, a saber o *Google Scholar*, com recorte temporal de 2015 em diante, e foram utilizados os critérios de busca por artigos produzidos em universidades brasileiras, com ênfase em obras que abordaram os temas políticas afirmativas para pessoas negras, racismo institucional e estrutural bem como buscas em acervos legislativos a partir de 1888, com a abolição da escravatura no Brasil; com relação às bases legais, foi utilizado como critério políticas que garantem a participação equitativa de raças nas dimensões educacionais, social e cultural e utilizou-se também pesquisa de documento com institutos estatísticos do país. O acervo referencial da pesquisa teve como luz principal os autores Serge Moscovici, Gustav Le Bon e Silvia Lane buscando explicar os mecanismos sociais envolvidos no apagamento dessas comunidades ao longo do tempo.

Tabela 2 : Referencial Teórico do Trabalho

| Autor(es) | Ano | Título | Metodologia | Tipo |
|---|------|--|--|---------|
| PINSKY, Jaime | 2012 | A escravidão no Brasil: as razões da escravidão, sexualidade e vida cotidiana as formas de resistência | Reflexão sociológica | Livro |
| TAVARES, Breitner | 2020 | A importância das ações afirmativas para cotistas negros/as como estratégia contra adoecimento mental e suicídio | Pesquisa documental e entrevistas | Artigo |
| LARANJEIRA, Raymundo. | 2019 | A Natureza da Lei nº 3.353, de 13 de maio de 1888, dita de Abolição da Escravatura. | Pesquisa documental | Artigo |
| OLIVEIRA, Daniele de; GONÇALVES, Clézio Roberto | 2021 | Branquitude e racismo estrutural na Universidade | Pesquisa documental | Artigo |
| DESIGUALDADES | 2003 | Cento de Estudo das Relações de Trabalho e. LDB alterada pela 10639/2003 | Análise | Website |
| GIL, Antônio Carlos. | 2002 | Como elaborar projetos de pesquisa. | Técnicas considerando o tipo de pesquisa | Livro |
| GRANDE, Enciclopédia | 1998 | Enciclopédia Larousse Cultural (1998) | Análise empírica | Livro |
| IBGE | 2023 | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística | Análise quantitativa | Website |
| IPEA | 2020 | Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. População negra conquista espaço no ensino superior | Análise quantitativa | Website |

| | | | | |
|--|------|---|----------------------|---------------------|
| INEP | 2022 | INEP, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Dados do Inep mostram que cor dos estudantes da educação superior difere da cor da população brasileira | Análise quantitativa | Website |
| COUTO, Lucas Manoel da Silva; CARDO SO, Fernando da Silva. | 2023 | Implementação da lei de cotas na educação superior do Brasil: Estado da arte sobre políticas afirmativas. | Pesquisa documental | Artigo |
| BRASIL | 2003 | Lei 10.639 de 09 de Janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", | Legislação | Diretrizes Oficiais |
| BRASIL | 2012 | Lei 12.711 de 29 de Agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências | Legislação | Diretrizes Oficiais |
| BRASIL | 2005 | Lei 11.096 de 13 de Janeiro de 2005. Dispõe sobre o Programa Universidade para Todos - PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior | Legislação | Diretrizes Oficiais |
| GOMES, Nilma Lino. | 2021 | O combate ao racismo e a descolonização das práticas educativas e acadêmicas. | Análise qualitativa | Artigo |
| GORENDER, Jacob | 2010 | O escravismo colonial. | Reflexão sociológica | Livro |

| | | | | |
|--|------|--|----------------------|--------|
| MOSCOVICI, Serge | 2003 | O fenômeno das representações sociais | Reflexão sociológica | Livro |
| LANE, Silvia | 1994 | O indivíduo na comunidade - 8. In: LANE, Silvia T. Maurer. O que é psicologia social. | Reflexão sociológica | Livro |
| LACERDA, Nayara Ferreira | 2021 | Pensamento racista no Brasil pós abolição: breve reflexão sobre racismo estrutural | Reflexão sociológica | Artigo |
| MENDONÇA, Erica da Silva; ARANHA, Maria Lúcia Machado | 2020 | Política de cotas raciais: instrumento de promoção de equidade e justiça social | Análise qualitativa | Artigo |
| BON, Gustave Le | 1980 | Psicologia das Multidões | Reflexão sociológica | Livro |
| BERSONI, Humberto. | 2017 | Racismo estrutural e o direito à educação | Análise qualitativa | Artigo |
| OLIVEIRA, Reinaldo José de. | 2017 | Segregação racial, territórios negros e saúde mental. | Análise qualitativa | Artigo |
| ZANELLA, Andréa Vieira. | 2005 | Sujeito e alteridade: reflexões a partir da psicologia histórico-cultural. | Análise qualitativa | Artigo |
| NOGUEIRA, Karine; GRILLO, Marcelo di. | 2020 | Teoria das Representações Sociais: história, processos e abordagens | Análise documental | Artigo |

A análise comparativa entre diferentes períodos históricos possibilitou a identificação de padrões de exclusão e ressignificação desses grupos no contexto educacional, com ênfase nas transformações ocorridas a partir da ampliação do acesso ao ensino superior privadas

5 DISCUSSÃO

As políticas de cotas nas universidades públicas abriram portas para muitos estudantes negros e periféricos, mas a falta de suporte financeiro e de programas de assistência nas instituições privadas dificulta a permanência desses alunos, gerando um apagamento histórico de suas trajetórias. O que atualmente chamamos como racismo institucional que segrega o alunado minimizando o seu estar na universidade não viabilizando sua permanência de forma digna em tal espaço, o que a autora Silvia Lane (1994) aborda como uma necessidade de recuperar através do pensamento e ação, da comunicação e cooperação entre elas, as histórias individuais e sociais de toda uma comunidade em outros espaços.

A condição atual de exclusão pode ser um dos motivos para a evasão de estudantes negros dos ambientes acadêmicos, especialmente quando a maioria das vagas nas instituições privadas são ocupadas por aqueles que podem pagar por elas, reforçando o ciclo de exclusão social e econômica. Por fim, o contexto educacional privado muitas vezes está desconectado das realidades e demandas das comunidades periféricas. Alguns fatores que agravam tal situação podem ser a falta de representatividade de professores negros, conteúdos curriculares eurocêntricos e a ausência de políticas afirmativas nesses espaços, tal conjunto reforça o estereótipo presente no apagamento histórico das narrativas negras.

A psicologia social ajuda a entender como essa ausência impacta a construção da identidade, autoestima e senso de pertencimento dos estudantes negros, que, ao não verem suas histórias e vivências representadas, acabam sendo marginalizados, ou seja, empurrados para as margens do processo educacional. Neste sentido Serge Moscovici (2003) traz a reflexão de que populações “invisíveis” são aquelas as quais frente ao pensamento e comportamento da massa não seguem o padrão estereótipo preestabelecido, o que fortalece o processo discriminatório. (Moscovici, 2003)

Há apagamentos históricos e epistemológicos presentes nos currículos, nas propostas e nas práticas educacionais, tanto na Educação Básica quanto no Ensino Superior, que só serão superados se o campo educacional e a produção científica compreenderem-se como espaços que precisam descolonizar-se reconhecendo a incompletude dos conhecimentos para possibilitar o diálogo de saberes em equidade.

6 CONCLUSÃO

Este estudo evidenciou como o processo de apagamento histórico das comunidades periféricas no Brasil está intrinsecamente relacionado à exclusão educacional e à invisibilização dessas populações e de sua amostragem cultural em instituições de ensino superior privadas. A partir da abolição da escravatura, o país viveu e alimenta até os dias atuais um processo contínuo de exclusão social e racial, que em um dos seus impactos reflete no acesso restrito a instituições de ensino superior. As leis e políticas públicas analisadas, embora tenham buscado ampliar as oportunidades de acesso à educação, muitas vezes falharam em afunilar a partir da subjetividades desta população marginalizada as profundas desigualdades estruturais enfrentadas por tais e se debruçar sobre a reflexão de como essas políticas impactam ou não na permanência do estudante na instituição.

Este estudo visou contribuir para a discussão sobre desigualdades educacionais e culturais, analisando os mecanismos de exclusão simbólica que podem impactar a construção da identidade e da trajetória acadêmica desses estudantes, além de fomentar a criação de políticas inclusivas e de valorização da diversidade nas universidades privadas. Políticas essas que se bem aplicadas trazem a sensação de de fato pertencer ao espaço ao qual ocupamos, ainda que este pertencer gere desconfortos

A análise teórica embasada nas representações sociais de Serge Moscovici permitiu compreender que o apagamento dessas populações não é apenas uma questão de falta de acesso, mas também de como são representadas e percebidas pela sociedade e pelas próprias instituições de ensino. A representação das comunidades periféricas como grupos "excluídos" ou "menos capacitados" reflete e perpetua uma lógica histórica de marginalização que impede a plena integração desses indivíduos no espaço acadêmico. Assim, mesmo com a expansão das vagas e das políticas de inclusão, o ingresso de alunos dessas comunidades em instituições privadas não se traduziu necessariamente em equidade e reconhecimento.

Sugere-se que estudos futuros abordem o tema tratando das dificuldades presentes e quais possibilidades na aplicação de políticas públicas se revela importante para mitigar o sentimento de não pertencimento ao qual o estudante advindo de comunidades periféricas experiência em uma instituição de ensino superior privada. Traz-se também as seguintes reflexões: Porque o acesso à educação, inserção no mercado de trabalho, oportunidades em

equidades para comunidades periféricas negras ainda são dificultadas? Seria cômodo manter povos menos favorecidos em uma posição de subserviência?

Conclui-se que a transformação desse cenário demanda não apenas políticas afirmativas, mas também uma reestruturação das próprias representações sociais que estruturam à exclusão. O acesso ao ensino superior deve ser compreendido como um direito efetivo, e não apenas como uma conquista simbólica. Para isso, é imprescindível uma articulação entre políticas públicas, reformulação institucional e um esforço coletivo de desnaturalizar o apagamento histórico que ainda afeta essas populações, promovendo uma educação que valorize e integre as diversas trajetórias sociais e culturais dos indivíduos provenientes de comunidades periféricas negros.

REFERÊNCIAS

BERSANI, Humberto. Racismo estrutural e o direito à educação. **Educação em Perspectiva**, [S.L.], v. 8, n. 3, p. 380-397, 12 dez. 2017. Departamento de Educacao UFV. <http://dx.doi.org/10.22294/eduper/ppge/ufv.v8i3.892>.

BRASIL. **Lei 12.711 de 29 de Agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm. Acesso em: 22 jul. 2024.

BRASIL. **Lei 10.639 de 09 de Janeiro de 2003**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm. Acesso em: 22 jul. 2024.

BRASIL. **Lei 11.096 de 13 de Janeiro de 2005**. Dispõe sobre o Programa Universidade para Todos - PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; altera a Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/111096.htm Acesso em: 22 jul. 2024

BON, Gustave Le. **Psicologia das Multidões**. Presses Universitaires de France: Pensadores Delraux, 1980. 114 p.

COUTO, Lucas Manoel da Silva; CARDOSO, Fernando da Silva. **Implementação da lei de cotas na educação superior do Brasil: Estado da arte sobre políticas afirmativas**. *Revista Científica Interdisciplinar*, Pernambuco Pe, v. 8, n. 1, p. 1-17, mar. 2023.

DESIGUALDADES, Cento de Estudo das Relações de Trabalho e. **LDB alterada pela 10639/2003**. Disponível em: https://restory.ceert.org.br/programas/educacao/lei?gad_source=1&gclid=Cj0KCCQjw7ZO0BhDYARIsAFttkChZDyeVXqgPKWK7IbJ1BpG2Xj40FfxHztodvh0ohMCU-Ctwzt1ZHOIaAiJUEALw_wcB. Acesso em: 03 jul. 2024.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo - Sp: Atlas, 2002. 176 p.

GOMES, Nilma Lino. O combate ao racismo e a descolonização das práticas educativas e acadêmicas. **Revista de Filosofia Aurora**, Paraná, v. 33, n. 59, p. 434-450, jul. 2021.

GORENDER, Jacob. O escravismo colonial. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2010.

GRANDE, Enciclopédia Larousse Cultural (1998). São Paulo: Nova Cultural.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/educacao/9221-sintese-de-indicadores-sociais.htm>. Acesso em: 31 out. 2024.

INEP, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Dados do Inep mostram que cor dos estudantes da educação superior difere da cor da população brasileira**. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/censo-da-educacao-superior/dados-do-inep-mostrar-que-cor-dos-estudantes-da-educacao-superior-difere-da-cor-da-populacao-brasileira>. Acesso em: 16 ago. 2024.

IPEA, Ipea - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **População negra conquista espaço no ensino superior**. 2020. Disponível em: <https://portalantigo.ipea.gov.br/portal>. Acesso em: 30 set. 2024.

LACERDA, Nayara Ferreira. Pensamento racista no Brasil pós abolição: breve reflexão sobre racismo estrutural. **Mosaico**, Rio de Janeiro RJ, v. 13, n. 21, p. 180-203, dez. 2021.

LANE, Silvia. O indivíduo na comunidade - 8. In: LANE, Silvia T. Maurer. **O que é psicologia social**. 22. ed. São Paulo - Sp: Brasiliense, 1994. p. 1-89.

LARANJEIRA, Raymundo. A Natureza da Lei nº 3.353, de 13 de maio de 1888, dita de Abolição da Escravatura. **Universidade de Salvador**, Salvador Ba, v. 1, n. 226, p. 1-10, abr. 2019.

MENDONÇA, Erica da Silva; ARANHA, Maria Lúcia Machado. Política de cotas raciais: instrumento de promoção de equidade e justiça social. **Revista em Pauta**, Rio de Janeiro RJ, v. 18, n. 45, p. 180-195, jun. 2020.

MOSCOVICI, Serge. O fenômeno das representações sociais. In: MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais: investigações em psicologia social**. 5. ed. Petropolis RJ: Editora Vozes, 2003. p. 1-395

NOGUEIRA, Karine; GRILLO, Marcelo di. Teoria das Representações Sociais: história, processos e abordagens. **Universidade de Ciências Empresariais e Sociais**, Argentina, v. 9, n. 9, p. 1-17, ago. 2020.

OLIVEIRA, Daniele de; GONÇALVES, Clézio Roberto. Branquitude e racismo estrutural na Universidade. **Abatirá - Revista de Ciências Humanas e Linguagens**, Bahia Ba, v. 2, n. 4, p. 477-485, dez. 2021

OLIVEIRA, Reinaldo José de. Segregação racial, territórios negros e saúde mental. **Odeere (Uesb)**, [S.L.], n. 4, p. 84, 31 dez. 2017. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia/Edicoes UESB. <http://dx.doi.org/10.22481/odeere.v0i4.2367>.

PINSKY, Jaime. Ser escravo. In: PINSKY, Jaime. **A escravidão no Brasil: as razões da escravidão, sexualidade e vida cotidiana as formas de resistência**. São Paulo - Sp: Contexto, 2012. p. 8-12.

TAVARES, Breitner. A importância das ações afirmativas para cotistas negros/as como estratégia contra adoecimento mental e suicídio. **Fórum Identidades**, [s. l.], v. 31, n. 1, p. 13-25, 15 set. 2020.

ZANELLA, Andréa Vieira. Sujeito e alteridade: reflexões a partir da psicologia histórico-cultural. **Psicologia & Sociedade**, [S.L.], v. 17, n. 2, p. 99-104, ago. 2005. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0102-71822005000200013>.